



# EMENDAS PARLAMENTARES, ORÇAMENTO SECRETO E DESEQUILÍBRIO DA DEMOCRACIA

A cultura do segredo é algo compatível com a gestão do dinheiro público? Obviamente, a resposta seria não. Em um país que se apresenta para o mundo como democrático, poucas seriam as informações que deveriam ser tratadas como secretas, sobretudo quando dizem respeito a questões associadas diretamente ao interesse público. Numa passagem do capítulo *A democracia e o poder invisível*, do livro *O futuro da democracia*, Norberto Bobbio faz um alerta sobre o caráter antidemocrático de decisões que afetam o interesse público e são mantidas no anonimato ao afirmar que “Um parlamento tem um caráter representativo apenas enquanto se acredita que a sua atividade própria seja pública. Sessões secretas, acordos e decisões secretas de qualquer comitê podem ser muito significativos e importantes, mas não podem jamais ter um caráter representativo”.

No Brasil atual, a questão envolvendo a ligação entre segredo e gestão do dinheiro público ganhou espaço na agenda política como decorrência mais direta de uma prática que vem tornando-se comum na relação do Executivo com o Legislativo, as emendas parlamentares ao orçamento da União. Existem quatro modalidades de emendas parlamentares orçamentárias: a individual, a de bancada, a de comissão e a do relator.

A emenda do relator tem um caráter que é muito particular quando comparada com as demais. Ela é definida por um deputado federal ou senador que é escolhido como relator-geral do orçamento a cada ano, em negociações dentro das duas casas legislativas. Nessa modalidade de emenda, o destino dos recursos não é público, bem como os critérios que orientaram sua alocação e o nome do parlamentar

responsável pela demanda. O processo decisório mobiliza um número de atores bem restrito, o que consequentemente dificulta a sua publicização ao se caracterizar pela troca de ofícios entre gabinetes que reúnem atores dos poderes Legislativo e Executivo.

Tais recursos orçamentários, via de regra, acabam tendo duas serventias. De um lado, operam para viabilizar a realização de obras e o atendimento de interesses diversos em redutos eleitorais de parlamentares, com vistas a ampliar o apoio eleitoral que já possuem. Por outro lado, têm sido muito eficientes

para garantir apoio político ao governo em pautas do Executivo que estão tramitando no Legislativo e encontram resistência para aprovação. Ou seja, funcionam como moeda de troca. Sendo direto: executivo a sua emenda se você votar no meu projeto.

Considerando que todo processo de discussão sobre a alocação orçamentária é crucial para a materialização das políticas públicas, sempre é muito importante para o jogo democrático que os parlamentares, enquanto representantes legítimos eleitos pela sociedade, façam parte desse processo decisório de forma transparente e aberta à sociedade. Todavia, não é republicano que isso seja feito à meia-luz ou ocorra orientado pela cultura do segredo, além de ser antidemocrático.

Drenar recursos públicos apenas com a finalidade de obter apoio político, para atender de forma privilegiada a interesses de parlamentares em busca de consolidar e ampliar suas lealdades eleitorais, tem ao menos três efeitos danosos: 1) desequilibra o processo de competição política; 2) enfraquece a própria democracia; e 3) distancia a administração pública do interesse republicano.

É IMPORTANTE QUE OS  
PARLAMENTARES FAÇAM PARTE  
DO PROCESSO DECISÓRIO  
DE FORMA TRANSPARENTE E  
ABERTA À SOCIEDADE. TODAVIA,  
NÃO É REPUBLICANO QUE ISSO  
SEJA FEITO À MEIA-LUZ OU  
ORIENTADO PELA CULTURA  
DO SEGREDO, ALÉM DE SER  
ANTIDEMOCRÁTICO.